Os sindicatos dos médicos e dos enfermeiros do Rio de Janeiro vão entrar com representações no Ministério Público do Trabalho contra os chips implantados em jalecos de funcionários da Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) de Mesquita, da rede estadual de saúde. A medida adotada pela direção da UPA visa controlar a frequência dos 150 servidores e evitar o desvio de materiais.

Segundo a presidenta do Sindicato dos Enfermeiros, Monica Armada, essa é uma atitude arbitrária dos gestores da unidade. “Que país é esse que as pessoas têm que ser monitoradas por um chip? Qualquer dia estarão colocando um chip embaixo da pele das pessoas. É uma perseguição às pessoas que estão trabalhando. E também acho que não vai funcionar efetivamente. Um jaleco eu posso trocar com você”, afirma Monica.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos, Jorge Darze, a medida viola a dignidade da pessoa humana. “Do ponto de vista da Constituição, o cidadão tem direito à dignidade. Nosso entendimento é que iniciativas dessa natureza, longe de representar o interesse público e a melhoria das condições da saúde pública, se assemelham a regras de regimes autoritários. Não é possível conviver com uma situação desse tipo”, criticou.

Darze disse ainda que, além de entrar com a representação no Ministério Público, o Sindicato dos Médicos encaminhará um documento à Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a situação.

A UPA de Mesquita, na Baixada Fluminense, é administrada por uma organização privada chamada Instituto Data Rio, em nome da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. De acordo com a Secretaria de Saúde, há uma preocupação de não deixar a população “desassistida” pela ausência de médicos e outros profissionais de saúde. A tecnologia será estendida à UPA de Queimados e a duas UPAs de Nova Iguaçu, que também serão administradas pelo Instituto Data Rio.